

RESPONSABILIDADE SOCIAL: EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS ADOTADAS PELAS INDÚSTRIAS DE METAIS SANITÁRIOS DO NOROESTE DO PARANÁ

Simone Letícia Raimundini*

Emanuel Rodrigues Junqueira**

Edmar Bonfim de Oliveira***

Sinopse: O presente artigo apresenta um estudo nas modalidades pesquisa descritiva e de campo, cujo objetivo é o de investigar como e onde estão sendo evidenciadas as informações relacionadas com a Responsabilidade Social das empresas de metais sanitários da Região Noroeste do Estado do Paraná. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores e analisados os relatórios contábeis dos períodos de 2004 e 2005 dessas organizações. O estudo incluiu uma revisão dos principais conceitos relacionados com a Responsabilidade Social e o Balanço Social, e uma reflexão de como estes podem impactar de forma positiva ou não as organizações. Os resultados indicam que, apesar da consciência dos gestores sobre a Responsabilidade Social de suas organizações, não há evidenciação dessa prática nos relatórios contábeis anuais das ações por elas realizadas. Na busca de uma solução para esse problema, foi proposta a implantação do Modelo IBASE de Balanço Social para as pequenas empresas, como marco inicial para evidenciação das ações de Responsabilidade Social, sugerindo que posteriormente novas informações fossem adicionadas ao relatório.

Palavras-chave: Evidenciação. Responsabilidade social. Balanço social. Indústria de metais. Pequenas empresas.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de divulgar as ações de Responsabilidade Social teve origem em 1928, quando a Igreja Evangelista Americana criou o primeiro fundo de investimento socialmente responsável, o Pioneer Fund (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E

*Mestra em Administração (UEM) e doutoranda em Administração (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (UFRGS). (simone.raimundini@ufrgs.br).

**Mestre e doutorando em Controladoria e Contabilidade (FEA-USP). (emanuel@usp.br).

***Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Professor da Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná (FACINOR) e da Faculdade Adventista Paranaense. (edmar_bonfim@uol.com.br).

RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2004). Na década de 1960, os acionistas minoritários de empresas norte-americanas passaram a utilizar as Assembleias Gerais para exigir uma melhor divulgação do comportamento ético dessas empresas, e, em 1968, na Europa, em especial na França e na Alemanha, essa demanda surge com os movimentos estudantis, (SILVA; FREIRE, 2001; TINOCO, 2001). Entretanto, a primeira Lei que obrigava as organizações a evidenciarem efetivamente as questões sociais surgiu somente em 1977, na França, seguido pela Bélgica (1996) e Portugal (1985).

No Brasil, em 1965 a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas publicou uma carta de princípios em que destacava a importância de um comportamento ético e de preocupação social. Em 1975, o Governo Federal aprovou a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a qual pode ser considerada o esboço do Balanço Social, embora menos completo do que viria a ser o Modelo Francês de 1977, apresentando informações relacionadas com os funcionários (SILVA; FREIRE, 2001).

Somente na década de 1990, com as campanhas do sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, e com o surgimento do Modelo e do Selo IBASE de Balanço Social, que o mesmo passou a ter sua publicação efetivada de forma facultativa por parte das organizações do país.

Considerando a necessidade de evidencição das ações sociais das organizações e a criação de instrumentos para a divulgação, definiu-se o objetivo desta pesquisa, que é o de analisar as práticas de Responsabilidade Social adotadas pelas indústrias de metais sanitários da região de Loanda, no Noroeste do Estado do Paraná, bem como a respectiva evidencição. O instrumento de avaliação escolhido foi a análise do Balanço Social dessas organizações, seguindo o modelo de Balanço Social do IBASE para microempresas. Foi adotada como método de pesquisa a pesquisa de campo descritiva. Como os resultados da pesquisa indicaram a inexistência de elaboração do Balanço Social pelas empresas pesquisadas e, ao coletar os dados para elaborar essa demonstração, verificou-se que as indústrias de metais sanitários se limitam à prática de Responsabilidade Social que atende as exigências da lei, tais como segurança e saúde no trabalho. Isso significa que a prática Responsabilidade Social advém, de forma mais predominante, de uma situação compulsória decorrente de uma exigência legal.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa realizada entre os meses de agosto e setembro de 2005 foi delimitada às indústrias de metais sanitários da Região Noroeste do Estado do Paraná. O método de

pesquisa empregado foi o da pesquisa de campo descritiva. Pesquisa de campo porque o propósito foi obter o perfil das ações sociais desenvolvidas pelas indústrias de metais sanitários, e descritiva porque a análise descreve o perfil social destas e apresenta as relações entre as características que determinam este perfil (COOPER; SCHINDLER, 2003).

A coleta de dados contemplou a pesquisa bibliográfica, a aplicação de questionários e os formulários e a realização de entrevistas semiestruturadas. O questionário é composto por perguntas objetivas, as quais foram analisadas pela escala Likert de 5 pontos. As alternativas de resposta eram de concordo totalmente a discordo totalmente.

Os dados obtidos foram analisados qualitativamente, permitindo a categorização e a descrição destes e possibilitando a compreensão do problema de pesquisa. Ainda, de acordo com Cooper e Schindler (2003), esse tipo de análise permite a inserção de outras técnicas de coleta de dados durante a pesquisa, a fim de complementar e/ou confirmar os dados já coletados.

As entrevistas complementaram ou confirmaram os dados obtidos no questionário. Já a aplicação do formulário ocorreu porque no questionário e nas entrevistas se verificou que as indústrias de metais sanitários não elaboravam o Balanço Social. O formulário foi elaborado de acordo com o modelo de Balanço Social do IBASE para obter dados que dessem condições de criar um demonstrativo das empresas pesquisadas. A escolha do modelo IBASE é justificada por ser um modelo simples, objetivo e aplicável em organizações que não realizam Balanço Social, além de possibilitar a inserção de informações não contempladas em sua estrutura.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL E BALANÇO SOCIAL

Segundo Ashley (2003), Responsabilidade Social é o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, mediante atos e atitudes que proporcionam resultados positivos e favoráveis às partes envolvidas, independente de seu porte.

Uma organização socialmente responsável, segundo o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2004), deve ser regida pelos seguintes princípios:

- a) **Economia**: abrange todos os aspectos das interações econômicas da organização. Deve possibilitar uma compreensão da influência do desempenho da organização num sistema econômico, ambiental e social.
- b) **Meio ambiente**: contempla os impactos da organização sobre o meio ambiente e

recursos naturais e a adoção de políticas e projetos que promovam a proteção do meio ambiente, minimizando os impactos negativos e ampliando os impactos positivos.

- c) **Sociedade**: refere-se a atuação da organização em relação a práticas trabalhistas, direitos humanos e aspectos mais amplos que afetam os consumidores, os funcionários, as comunidades e outras partes interessadas da sociedade

Carrol (ano? *apud* BORGES, 2001) menciona que a Responsabilidade Social empresarial é composta pelas dimensões econômica, legal, ética e filantrópica. Salienta ainda que, na análise do envolvimento social da organização, é importante saber quanto custa a adoção de comportamentos socialmente responsáveis e seus benefícios, e não o simples fato de adotá-los. Conhecendo-se o custo e os benefícios da Responsabilidade Social, estes podem fazer parte da estratégia da organização. Para isso, Oliveira (1984), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2004) e Ashley (2003) sugerem uma categorização que identifica os beneficiados em:

- a) empregados: ações que contemplem o desenvolvimento pessoal e profissional e melhoria das condições de trabalho;
- b) consumidores e clientes: investimento no desenvolvimento de produtos e serviços confiáveis, que minimizem os riscos à saúde dos usuários; lealdade na publicidade e propaganda; e atendimento ao cliente na pós-venda;
- c) fornecedores: lealdade e reciprocidade nas relações comerciais;
- d) comunidade: fornecimento de recursos humano para a organização e atenção às ações sociais que a organização desenvolve;
- e) acionistas e investidores: ações sociais que proporcionem retorno à organização;
- f) governo: cumprimento de obrigações legais, a fim de evitar intervenções fiscais e possibilitar a elisão fiscal.

No que diz respeito à implantação de ações socialmente responsáveis nas micro e pequenas empresas, embora não possuam aporte financeiro para investir em projetos e programas sociais amplos, é possível a adoção de pequenas ações que tanto beneficiam a organização como a sociedade, tais como: reciclagem de produtos; reaproveitamento de matérias-primas; armazenamento adequado de produtos perecíveis, tóxicos ou inflamáveis; cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas; ações voluntárias, entre outras (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2004; OLIVEIRA, 1984).

Nesse sentido, pode-se verificar que, nas pequenas e médias empresas, as preocupações estão voltadas ao ambiente interno da organização, enfatizando as condições de trabalho dos funcionários, sua educação, seu nível de vida, saúde, entre outros; enquanto nas grandes empresas, as preocupações se focam tanto no ambiente interno quanto no externo da organização, buscando a interação de forma responsável com a sociedade em geral.

Entretanto, não importa o nível da ação, os investimentos e resultados da Responsabilidade Social precisam ser divulgados. Uma ferramenta importante nesse processo é sem dúvida o Balanço Social que, segundo Tenório (2004) e Gonçalves (1984), é um instrumento de informação da organização para a sociedade que apresenta os elementos quantitativos para apreciação objetiva do custo-benefício das iniciativas no campo social.

O Instituto Ethos (2004a) sugere o modelo de Balanço Social elaborado pelo IBASE, para micro, pequena, média e grande empresa. Atendendo ao objetivo da pesquisa, enfatizou-se o Balanço Social para microempresas, que contempla quatro aspectos e seus respectivos indicadores de Responsabilidade Social, a saber:

- a) Econômico: compreende o resultado da organização. Apresenta o faturamento bruto e as despesas relacionadas à folha de pagamento, a encargos sociais empregatícios e a impostos e taxas diversas. Os indicadores, em percentuais, mostram quanto essas despesas representam sobre o faturamento bruto.
- b) Social: i) interno: compreende os investimentos, as ações e os benefícios voltados aos funcionários, tais como alimentação, saúde, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, entre outros. O indicador tem como base o valor total da receita bruta; e ii) externo: compreende as ações, os projetos e os investimentos que a organização realiza para a comunidade e a sociedade em geral, externas à organização, o número de pessoas e entidades beneficiadas. O indicador é calculado sobre o valor de faturamento bruto.
- c) Corpo funcional: compreende o número de pessoas negras, de não-alfabetizadas, de portadoras de deficiência ou necessidades especiais, de mulheres, de trabalhadores com idade acima de 45 anos; de funcionários admitidos e demitidos e de estagiários.
- d) Cidadania empresarial: sob a forma de questões objetivas, identificam a relação entre maior e menor remuneração, número de acidentes de trabalho, atividades de segurança, estímulo à educação e participação nos resultados.

Segundo Tinoco (2001), se a empresa dispõe da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é possível obter indicadores que relacionam o valor adicionado com as variáveis que o Balanço Social apresenta. A DVA constitui um demonstrativo que apresenta a riqueza gerada pela empresa em um determinado período (equivale ao Produto Interno Bruto da empresa) e como essa riqueza foi distribuída entre os financiadores (capital de terceiros), os investidores (capital próprio), o governo (carga tributária) e os funcionários (salários e outros benefícios). Como o foco da pesquisa é o Balanço Social, tem-se a limitação deste estudo.

4 RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE METAIS SANITÁRIOS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

A pesquisa foi realizada em oito indústrias de metais sanitários das dez indústrias desse segmento localizadas na Região Noroeste do Estado do Paraná, tendo como cidade pólo Loanda. As entrevistas e o formulário de pesquisa aplicados permitiram traçar um perfil dessas indústrias no que diz respeito ao seu tamanho, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1

Perfil das Indústrias de Metais Sanitários

Classificação	Funcionários		Faturamento Bruto	
	%	Nº de Empresas	%	Nº de Empresas
Microempresa	12,5%	1	0,0%	0
Pequeno Porte	50,0%	4	25,0%	2
Médio Porte	37,5%	3	25,0%	2
Grande Porte	0,0%	0	0,0%	0
Menos de um ano atividade	0,0%	0	25,0%	2
Empresas que não informaram	0,0%	0	25,0%	2
Total	100,0%	8	100,0%	8

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da entrevista e do formulário aplicado (agosto/2005).

Nas entrevistas, os empresários relataram que sabiam ou conheciam o Balanço Social e entendiam que as áreas de ação da Responsabilidade Social são as áreas econômica, ambiental e social. As áreas filantrópica e ética, segundo os entrevistados, ocorrem simultaneamente com a realização das demais áreas. Isso evidencia que há um entendimento do âmbito de ação da Responsabilidade Social, mas ainda não ao ponto de estruturá-la em termos de ações e evidenciação.

Nas questões do questionário aplicado, utilizou-se a escala Likert de 5 pontos, para analisar dos dados. A Tabela 2 apresenta sumariamente os resultados.

Tabela 2
Percepção da Responsabilidade Social por parte dos Empresários

Questões		Concordância plena	Concordância	Indiferente	Discordância	Discordância plena
A prática da Responsabilidade Social cabe a:	Funcionários	22%	56%	22%	0%	0%
	Fornecedores e clientes	12%	33%	33%	0%	22%
	Sociedade	22%	22%	34%	0%	22%
	Proprietários	33%	56%	11%	0%	0%
	Governo	33%	56%	11%	0%	0%
Responsabilidade Social da empresa sobre os problemas sociais		11%	78%	0%	11%	0%
Independente do porte, qualquer empresa deve realizar ações sociais		67%	33%	0%	0%	0%
É necessário estrutura e planejamento para a empresa realizar ações sociais		56%	44%	0%	0%	0%
Áreas de atuação da Responsabilidade Social	Econômica	89%	11%	0%	0%	0%
	Social	89%	11%	0%	0%	0%
	Ambiental	89%	11%	0%	0%	0%
Beneficiados pela prática da Responsabilidade Social	Funcionários	56%	0%	33%	0%	11%
	Fornecedores e clientes	33%	22%	33%	0%	11%
	Sociedade	56%	11%	22%	0%	11%
	Proprietários	44%	11%	33%	0%	12%
	Governo	44%	22%	22%	0%	12%
As ações sociais refletem positivamente no resultado		67%	11%	11%	0%	11%
Investimentos sociais proporcionam retorno para micro e pequenas empresas		45%	44%	11%	0%	0%
Divulgação das ações sociais		67%	22%	0%	0%	11%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do questionário aplicado (agosto/2005).

A Tabela 2 evidencia que, para os empresários, a prática da Responsabilidade Social cabe ao governo, às empresas e aos funcionários, com 56% de concordância. Para 22% dos empresários, os fornecedores, os clientes e a sociedade não são agentes de Responsabilidade Social. Contudo, 44%, entendem que a sociedade deve realizar ações sociais. Assim, verifica-se que os agentes principais de ações sociais são a própria organização e seus funcionários, o governo, seguido pela sociedade.

Sobre os problemas sociais, 78% concordam que estes cabem à organização empresarial. Na entrevista, os empresários relataram que esses problemas são delimitados na

comunidade onde a organização está localizada e onde interferem diretamente, pois parte dos problemas sociais tem origem pública e governamental, uma vez que ultrapassam o alcance da organização e devem ser tratados em ações em conjunto com outros meios ligados diretamente à sociedade, principalmente pelo governo.

Quanto à Responsabilidade Social, 67% dos empresários concordam plenamente que ela pode ser praticada por qualquer organização, independente de seu porte. No entanto, a magnitude das ações e projetos sociais depende de estrutura e planejamento, com 56% de concordância plena. Acerca disso, esses empresários apontaram que a realização de planejamento e desenvolvimento de projetos sociais nas micro e pequenas empresas é prejudicada porque faltam profissionais capacitados, e os recursos dessas organizações são limitados. Entretanto, reconhecem que tendo um órgão gestor de ações sociais que congregue a participação dessas empresas, é possível que os resultados alcançados superem as ações isoladas que atualmente são realizadas como doações a organizações filantrópicas.

Sobre os beneficiados pela prática da Responsabilidade Social, a maioria dos empresários concorda plenamente que funcionários e sociedade (56%) e proprietários e governo (44%) são beneficiados pelas ações sociais desenvolvidas pelas empresas. Analisando-se essa questão e a primeira de forma conjunta, há concomitância entre quem deve desenvolver práticas de Responsabilidade Social e quem são os beneficiados. Nesse contexto, verifica-se que é possível obter retorno em ações sociais, uma vez que 67% dos empresários concordaram plenamente que há reflexos nos resultados e 45% concordam plenamente que as micro e pequenas empresas são, também, contempladas e podem receber benefícios das ações sociais.

Sobre as áreas que a empresa deve atuar com ações sociais, 89% concordam plenamente que são as áreas econômica, social e ambiental. Merece destaque a área ambiental, porque os proprietários estão cientes de que as indústrias de metais sanitários são potenciais agentes poluidores. Essa ciência pode estar relacionada ao fato de a fiscalização ambiental ser rigorosa, uma vez que os resíduos gerados, quando não manuseados ou armazenados de forma adequada, podem afetar o meio ambiente.

Verifica-se ainda que 67% dos empresários concordam plenamente que deve haver divulgação das ações sociais, evidenciando que é importante e relevante para a organização e para a sociedade a evidenciação dos investimentos sociais realizados.

Sumariamente, os resultados do questionamento sobre a importância de realizar ações de responsabilidade social, bem como de divulgá-las, é praticamente um consenso entre os

empresários pesquisados. No entanto, durante essa parte da pesquisa, foi percebido que, embora eles tenham consciência sobre o assunto, acabam por não exercê-lo com plenitude. Entre as justificativas de não implementar essa prática, de fato, é a não exigência de práticas socialmente responsáveis que extrapola as exigências legais (trabalhistas e ambientais). Em outras palavras, quando as ações de responsabilidade social das empresas são voluntárias, é necessário, geralmente, que essas empresas disponham de um desembolso financeiro. Esse desembolso é ponderado com a provável economia que pode ser obtida e com a condição de caixa da empresa naquele momento. Assim, as ações voluntárias de responsabilidade social são analisadas em relação ao seu custo e benefício para a empresa.

Perguntou-se ainda se a empresa elaborava, mesmo que fosse de forma bastante simplista e para uso interno do gestor-proprietário, o Balanço Social. Todas as empresas pesquisadas responderam negativamente. A partir disso, foi proposta a elaboração desse demonstrativo, que será apresentado na subseção seguinte.

4.1 BALANÇO SOCIAL DAS EMPRESAS PESQUISADAS

Nesta etapa da pesquisa, das oito empresas participantes apenas quatro disponibilizaram os dados para elaborar o Balanço Social, com o preenchimento do formulário. Das empresas que não disponibilizaram os dados, duas tinham menos de um ano de atividade e as outras duas não devolveram o formulário.

O Balanço Social elaborado é um relatório comparativo de dois anos, correspondentes a 2004 e 2005. Elaborado o Balanço Social, foi realizada a análise desse relatório mediante os indicadores obtidos, como demonstra a Tabela 3.

Tabela 3
Indicadores Sociais das Empresas a partir do Balanço Social

	Empresa A	Empresa B	Empresa C	Empresa D
Indicadores Econômicos (sobre o faturamento)				
Impostos e contribuições	2,9%	6,7%	14%	9,5%
Folha de pagamento e encargos sociais	10%	20%	15%	3%
Investimentos sociais internos (sobre o faturamento)				
Segurança do trabalho	0,70%	4,0%		
Alimentação	0,02%		0,13%	0,03%
Saúde		2,0%	0,07%	0,16%
Capacitação e desenvolvimento profissional			0,53%	0,05%
Outros benefícios	0,22%	1,0%	0,60%	
Investimentos sociais externos (sobre o faturamento)				
Filantropia e doação	0,04%	0,10%	0,38%	
Corpo Funcional (% sobre o n° de funcionários)				
Funcionários com mais de 45 anos de idade	10%	9%		30%
Funcionários mulheres	20%	20%	27%	26%
Funcionários negros	50%	17%		8%
Primeiro emprego		16%		5%
Funcionários portadores de necessidade especial				2%
Funcionários com parentesco com proprietários	2%	5%	50%	
Cidadania empresarial				
Relação entre maior e menor salário	15,5	14,5	Não informou	Não informou
Número de acidentes de trabalho por ano	2	2	Não informou	Não informou
A empresa Ouve funcionários nas soluções de problemas	Não	Sim	Sim	Não informou
Existem medidas de segurança e saúde que garantam bom ambiente de trabalho	Sim	Sim	Sim	Não informou
Estímulo à educação básica, média e superior	Não	Sim, ao proprietário	Sim, ao proprietário	Não informou
A empresa contrata pessoas da sociedade onde está localizada.	Não	Sim	Sim	Não informou
A empresa possui política de participação nos resultados	Não	Não	Sim, ao proprietário	Não informou

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do formulário (agosto/2005).

Analisando os indicadores obtidos, observa-se que o maior investimento social das empresas pesquisadas é destinado aos seus funcionários, principalmente em alimentação, saúde e segurança no trabalho. Duas empresas informaram que investem em capacitação e desenvolvimento profissional. Conforme entrevista com os empresários, estes acreditam que esse tipo de investimento reverte à organização sob a forma trabalho com maior qualidade e motivação do funcionário, contribuindo para o desempenho da organização. Além disso, nenhuma das empresas consultadas informou oferecer aos funcionários ações na área de educação ou creche para seus filhos, provavelmente por estarem situadas em municípios que oferecem esses serviços de forma gratuita e com uma qualidade aceitável.

Com relação à comunidade, todos os investimentos estão relacionados a doações financeiras de pequena monta, de produtos e/ou serviços. Talvez, o fato dessas empresas não terem ainda um amplo conhecimento da Responsabilidade Social e/ou por necessitarem de um maior planejamento de suas ações, minimiza a atuação delas na sociedade.

Quanto ao exercício da cidadania empresarial, observou-se que há uma tendência de não haver uma comunicação com os funcionários referente solução de problemas e participação nos lucros ou resultados. O estímulo ao ensino é restrito aos proprietários de uma única empresa entre as empresas pesquisadas. Com isso, observa-se que a comunicação entre funcionários e gestores ainda é muito limitada, o que traz letargia na identificação e resolução de problemas. A capacitação por meio do ensino regular (apoio ao acesso ao ensino médio e superior) não é vista como prioridade; logo, afeta o desenvolvimento local.

Quanto aos indicadores do corpo funcional, as empresas empregam funcionários negros, mulheres, pessoas com idade acima de 45 anos. Também proporcionam a oportunidade do primeiro emprego e têm entre os funcionários pessoas com relação de parentesco com os proprietários. Sobre este último aspecto, verifica-se que, por ser empresas familiares, esta uma situação esperada, mas que pode causar disfunções de relacionamento e remuneração com outros funcionários que não possuem vínculo familiar.

Os Balanços Sociais elaborados foram enviados às respectivas empresas para os proprietários analisá-los. Em seguida, esses proprietários foram indagados sobre a sua intenção de adotar e divulgar esses balanços. Responderam que a adoção será estudada futuramente, bem como sua divulgação. Em contrapartida, 67% desses entrevistados afirmaram, ao responder o questionário, que concordam plenamente que as ações sociais devam ser divulgadas.

5 CONCLUSÕES

Pôde-se concluir que os empresários das indústrias de metais sanitários de Loanda e região têm um conhecimento incipiente sobre Responsabilidade Social. Mediante elaboração do Balanço Social dessas indústrias, conclui-se que maioria delas atua em ações sociais limitadas a aspectos referentes ao ambiente interno da organização, isto é, a seus funcionários e no cumprimento obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias. Ou seja, são ações de Responsabilidade Social não voluntárias, que buscam atender a necessidade de se cumprir obrigações legais e sociais inerente à própria atividade da organização.

Conclui-se que, os motivos para não desenvolver a Responsabilidade Social ficam quase que exclusivamente ligados ao custo das ações sociais. A alegação é que as empresas não recebem incentivos suficientes das instituições governamentais e há burocracia que dificultam realizar parcerias entre as empresas e os governos.

As organizações que se declararam conhecedoras da Responsabilidade Social, afirmam que a sua prática é muito recente, desta forma conclui-se que existe a possibilidade de se estar aprimorando essas práticas em prol de ações sociais mais abrangentes e eficazes. Ainda, observou que essas organizações entendem que as ações sociais devem ser desenvolvidas em todos os âmbitos (econômico, legal, filantrópico, ético, ambiental e social) mas há ausência de um planejamento para essa finalidade.

Pôde-se concluir que, com relação a quem cabe a responsabilidade de se praticar ações sociais, houve um certo consenso quanto à necessidade do envolvimento de todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, estão ligados à organização, sejam proprietários e administradores, funcionários, governo, fornecedores e clientes e, até mesmo a sociedade, onde cada um tem um papel a cumprir em relação a essas ações. Além disso, são conscientes que ações isoladas não surtirão efeitos, é necessário agir coletivamente.

Ao questionar se as empresas devem se responsabilizar pelos problemas sociais houve uma reafirmação sobre a quem cabe a prática da Responsabilidade Social. Desse modo, conclui-se que, a maior parte das empresas pesquisadas consideram incapazes de assumirem, em plenitude, os problemas sociais da região onde estão localizadas. Faz-se necessário a participação de outros setores, principalmente, o governamental a quem alegam ser o principal responsável pela sociedade. Com relação a essa colocação fica evidente que as empresas de porte médio, pequeno e micro se eximem de problemas de ordem mais ampla, como é o caso daqueles que atingem a sociedade como um todo. As empresas concordam em responsabilizar-se apenas por problemas referentes a sua área de atuação e que estejam diretamente ligados a elas.

Quanto aos beneficiados pela Responsabilidade Social a maioria das empresas entendem que são, principalmente, os funcionários, a comunidade, os proprietários e o governo, cada um de acordo com as suas necessidades e benefícios. Isso confirma à questão que afirma que se todas essas categorias são beneficiadas pela Responsabilidade Social, todas elas também devem ser responsáveis por sua prática, retribuindo os benefícios que recebem;

Com relação ao retorno que podem trazer as ações sociais desenvolvidas pela organização, a grande maioria dos respondentes afirmou que é possível um aumento nos

resultados através da repercussão dessas ações na sociedade. Neste caso conclui-se que as empresas entendem a importância da divulgação de suas ações, apesar da maioria não reconhecer o Balanço Social como um instrumento de divulgação.

Pôde-se concluir que dificuldade de obter os dados para a elaboração do Balanço Social dessas empresas se dá pelo conhecimento limitado do assunto e pela resistência de evidenciar dados financeiros e sociais ao público. Ainda, em relação as empresas pesquisadas adotar o Balanço Social, pode-se concluir que há uma resistência por parte dos proprietários porque ainda não o compreendem e acreditam que é um processo burocrático.

Para estudos futuros, sugere-se que seja analisada a DVA destas empresas, juntamente como Balanço Social em uma perspectiva histórica, para verificar a geração da riqueza, sua distribuição e os indicadores que relacionam o valor adicionado com investimentos sociais internos, que podem trazer melhorias na geração de emprego e renda.

SOCIAL RESPONSIBILITY: SHOWING EVIDENCE OF PRACTICES ADOPTED BY SANITARY METAL INDUSTRIES IN NORTHWESTERN PARANÁ

Abstract: This article is a study on the descriptive and field research method whose objective is to investigate how and where to find information regarding Social Responsibility in sanitary metal industries in the northwestern area of the State of Paraná. The survey applied semi-structured interviews among managers of those organizations, and an analysis of the 2004 and 2005 accounting reports. The study included a review of the main concepts related to Social Responsibility and Social Balance, and how they may or may not have a positive impact on organizations. The results indicate that, although managers are aware of the Social Responsibility in their organizations, the annual accounting reports show no evidence of any actions in that regard. In an effort to find the solution for this problem, it was proposed the application of the IBASE Social Balance Model in small business enterprises, as a starting point for Social Responsibility actions, and as a suggestion that new information be later added to the report.

Keywords: Evidence. Social responsibility. Social balance. Metal industry. Small business enterprises.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, P. A. *et al.* **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BORGES, F. G. **Responsabilidade social**: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. 254 f. 2001. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

GONÇALVES, E. L. Responsabilidade social da empresa. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 24, p. 226-240, out./dez. 1984.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos de responsabilidade social**. São Paulo, 2004.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Guia de elaboração do Balanço Social**. São Paulo, 2004a.

OLIVEIRA, J. A. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 24, p. 203-210, out./dez. 1984.

SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S. **Balanço social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TINOCO, J. E. P. **Balanço social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.